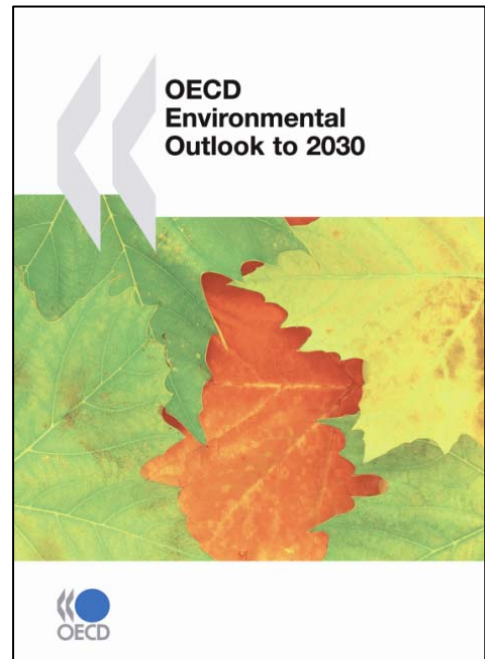


OECD Environmental Outlook to 2030

Summary in Portuguese






Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030

Sumário em Português

- Como irá o desenvolvimento económico e social condicionar o estado do ambiente até 2030? Quais as políticas a adoptar para enfrentar os principais desafios ambientais? Como podem os países membros e os não-membros da OCDE colaborar melhor na abordagem conjunta destes desafios?
- O Relatório “*Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030*” fornece análises sobre as tendências económicas e ambientais para 2030, e simulações das medidas possíveis para enfrentar os principais desafios. Sem novas políticas, corremos o risco de danificar de forma irreversível o ambiente e a base de recursos naturais necessária ao crescimento económico e ao bem-estar. O custo da inacção política é elevado.
- Mas este Relatório mostra que resolver os problemas ambientais que enfrentamos actualmente - incluindo as alterações climáticas, perda de biodiversidade, escassez de água e impactos da poluição sobre a saúde – é algo simultaneamente exequível e financeiramente viável. Também sublinha um conjunto de políticas que podem abordar estes desafios de uma forma rentável. Este Relatório é o aprofundamento da edição de 2001, procurando reflectir os desenvolvimentos quer nos países da OCDE quer no Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China, África do Sul (BRIICS), e como poderiam cooperar melhor na resolução dos problemas ambientais a nível global e local.

Este Relatório sobre as *Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030* baseia-se em projecções das tendências económicas e ambientais para 2030. Os principais desafios ambientais para o futuro são classificados de acordo com um sistema de tipo “semáforo” (ver Tabela 1). Este Relatório apresenta igualmente simulações das medidas necessárias para a abordagem àqueles desafios, incluindo os seus potenciais impactes ambientais, económicos e sociais.

Tabela 1. Perspectivas Ambientais da OCDE para 2030

	 [Luz Verde]	 [Luz Amarela]	 [Luz Vermelha]
Alterações climáticas		<ul style="list-style-type: none"> Redução das emissões de GEE por unidade de PIB 	<ul style="list-style-type: none"> Emissões globais de GEE Evidência crescente de um clima em mudança
Biodiversidade e recursos naturais renováveis	<ul style="list-style-type: none"> Área florestal nos países da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão florestal Áreas protegidas 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade dos ecossistemas Extinção de espécies Espécies exóticas invasoras Florestas tropicais Desflorestação ilegal Fragmentação dos ecossistemas
Água	<ul style="list-style-type: none"> Poluição hídrica por fontes pontuais nos países da OCDE (indústria, municípios) 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade das águas superficiais e tratamento de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de água Qualidade da água subterrânea Água para utilização agrícola & poluição
Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> Emissões de SO₂ e NO_x dos países da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> PM e ozono troposférico Emissões dos transportes rodoviários 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do ar urbano
Resíduos & substâncias químicas perigosas	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de resíduos nos países da OCDE Emissões de CFCs nos países da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> Produção de resíduos municipais Emissões de CFCs dos países em desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão e transporte de resíduos perigosos Gestão de resíduos nos países em desenvolvimento Substâncias químicas no ambiente e em produtos

LEGENDA (do sistema de tipo semáforo): **Luz verde** = questões ambientais que estão a ser correctamente geridas, ou para as quais se verificam melhorias significativas a nível de gestão nos últimos anos, mas relativamente às quais os países deverão permanecer vigilantes. **Luz amarela** = questões ambientais que permanecem um desafio, mas cuja gestão está a melhorar, ou para as quais o estado actual é incerto, ou que tenham sido correctamente geridas no passado mas que actualmente o são menos. **Luz vermelha** = questões ambientais que não são bem geridas, se encontram em mau estado ou a piorar, e que requerem atenção urgente. Todas as tendências são globais, a não ser que seja especificado que assim não é.

A acção é financeiramente exequível: cenários e custos das políticas

Este Relatório sublinha algumas questões, classificadas com “luz vermelha”, que necessitam ser urgentemente abordadas. Os cenários políticos deste Relatório indicam que as políticas e tecnologias necessárias para enfrentar estes desafios se encontram disponíveis e são financeiramente exequíveis. As medidas ambiciosas para proteger o ambiente podem aumentar a eficácia da economia e reduzir a despesa com a saúde. A longo prazo, para muitos destes desafios ambientais, os benefícios de uma acção antecipada irão provavelmente exceder os custos.

Como exemplo, foi feita a simulação de um “Pacote Global de Políticas para as Perspectivas Ambientais da OCDE (PA)” (Pacote de políticas para PA, ver Capítulo XX). Este Pacote mostra que, ao combinar acções políticas específicas, alguns dos desafios ambientais fundamentais podem ser abordados com um custo pouco superior a 1% do PIB mundial em 2030, ou aproximadamente 0,03 pontos percentuais abaixo do crescimento médio anual do PIB até 2030 (Figura 1). Assim, até àquela data, o PIB mundial cresceria aproximadamente 97%, em vez dos 99% previstos. Perante tal cenário, as emissões de óxidos de azoto e óxidos de enxofre diminuiriam cerca de um terço em 2030, enquanto que, num cenário de referência sem o lançamento de novas políticas são previstas poucas alterações, e para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) o aumento seria limitado a 13%, em vez de 37%.

Figura 1. Crescimento anual médio do PIB em 2005-2030

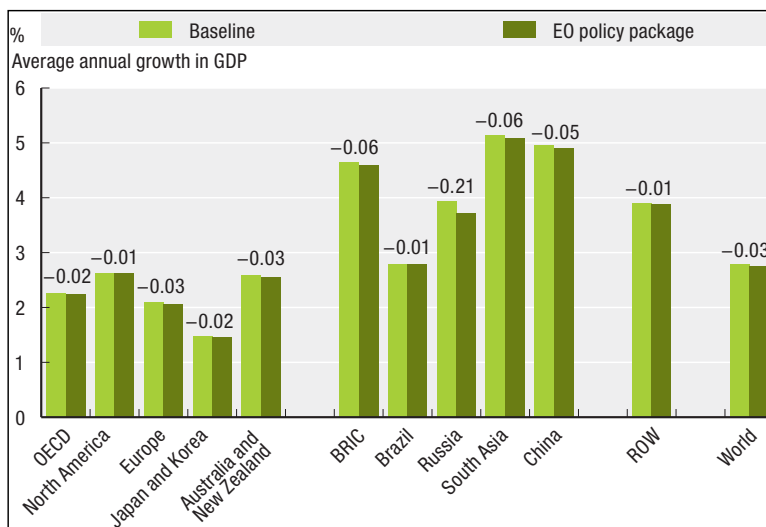
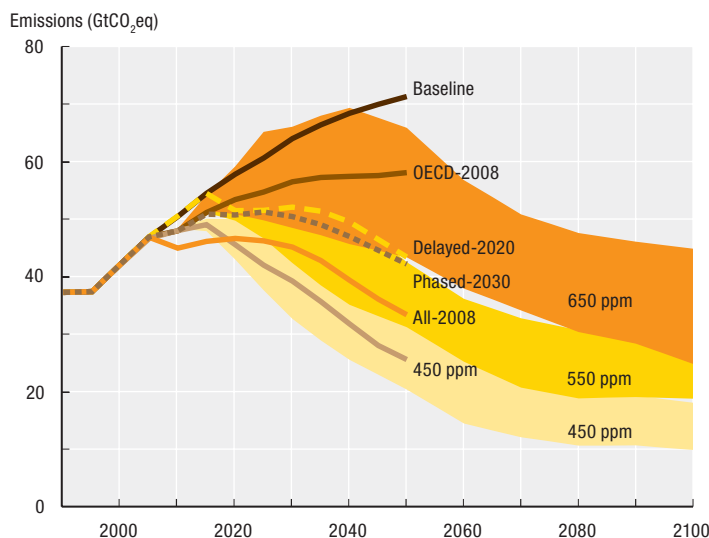


Figura 2. Tendências das emissões globais de GEE: Cenário base e cenários de mitigação para 2050 comparadas com as tendências de estabilização em 2100¹



Fonte: Cenário Base das Perspectivas Ambientais da OCDE e simulações de políticas; e van Vuuren *et al.*, 2007.

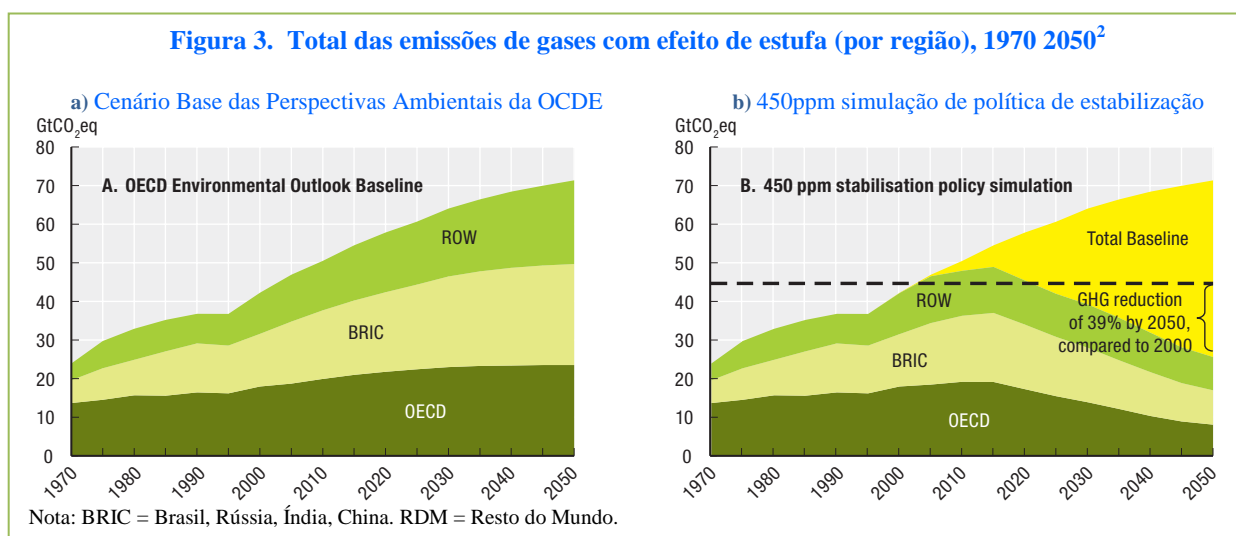
em vez dos 99% previstos. Perante tal cenário, as emissões de óxidos de azoto e óxidos de enxofre diminuiriam cerca de um terço em 2030, enquanto que, num cenário de referência sem o lançamento de novas políticas são previstas poucas alterações, e para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) o aumento seria limitado a 13%, em vez de 37%.

Seria necessário um plano de acção mais ambicioso que o Pacote Global de Políticas PA para estabilizar as concentrações de GEE nos níveis que têm sido considerados nas discussões internacionais (Figura 2¹). Um outro cenário foi simulado em que se incluíam as políticas necessárias para estabilizar a concentração atmosférica em 450ppm CO₂eq, um dos objectivos mais ambiciosos que tem sido discutido. Esta simulação mostra que para alcançar este objectivo, é necessário que todos os países tomem medidas para atingir

¹ Nota: OCDE 2008 = todos os países da OCDE aplicam uma taxa aos GEE de 25 USD por tonelada de CO₂-eq; Adiado para 2020 = todos os países aplicam a taxa, mas apenas a partir de 2020; Faseado em 2030 = os países da OCDE aplicam a taxa em 2008, os BRIC em 2020 e o Resto do Mundo em 2030; Todos 2008 = todos os países aplicam a taxa, a partir de 2008; 450ppm = cenário para estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera em 450 ppm CO₂-eq; Para todos os casos de 25 USD, a taxa crescerá cerca de 2% por ano, após o ano inicial de introdução.

uma redução de 39% nas emissões globais de GEE até 2050 relativamente aos níveis de 2000 (Figura 3²). Neste caso, o PIB teria uma redução, em relação às estimativas do cenário base, de 0,5% e 2,5% respectivamente para 2030 e 2050, o que é equivalente a uma redução no crescimento anual do PIB de cerca de 0,1 pontos percentuais em média. Quanto mais países e sectores participarem na acção de mitigação das alterações climáticas, menos dispendioso e mais eficaz será travar as emissões globais dos GEE. No entanto, estes custos não estão distribuídos de forma equilibrada por todas as regiões como podemos observar na Figura 1. Tal sugere a necessidade de uma repartição apropriada de responsabilidades inserida num quadro internacional de cooperação para protecção do clima mundial. Ao mesmo tempo que os países da OCDE deveriam tomar a liderança, uma maior cooperação com um grupo mais vasto de economias emergentes, em particular os países “BRIICS” (Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul), poderia conduzir ao sucesso de atingir os objectivos ambientais comuns e com custos menores.

Figura 3. Total das emissões de gases com efeito de estufa (por região), 1970-2050²



As consequências da inacção das políticas ambientais

Se não forem concretizadas novas medidas corremos o risco, nas próximas décadas, de alterar irreversivelmente as bases ambientais para uma prosperidade económica sustentável. Para evitar tal situação, torna-se necessário implementar medidas urgentes para fazer face em particular às questões classificadas com “luz vermelha”, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de água e os impactes da poluição e substâncias químicas perigosas na saúde (Tabela 1).

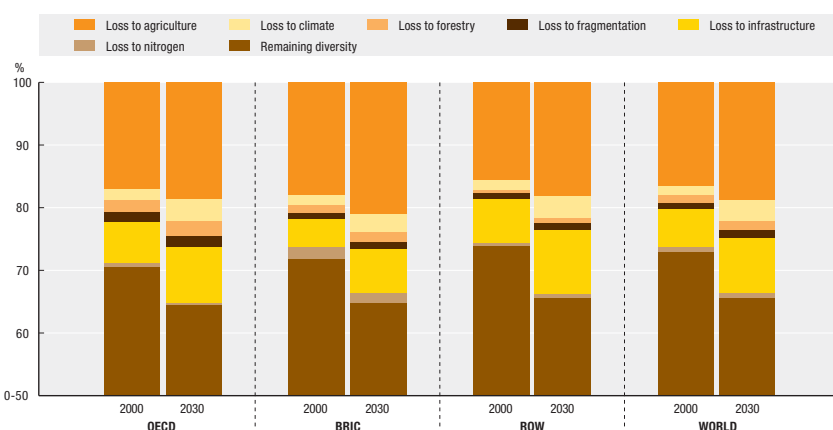
Sem a existência de novas políticas, em 2030 prevê-se, por exemplo:

- As emissões globais de GEE crescerão mais de 37% até àquela data, e 52% até 2050 (Figura 3a). Tal poderá resultar, até 2050, num aumento da temperatura média global entre 1,7-2,4° C, superior aos níveis pré-industriais, e conduzindo a um aumento das ondas de calor, secas, tempestades e inundações, resultando em graves danos nas infra-estruturas básicas e culturas agrícolas.
- Um número considerável de espécies animais e vegetais actualmente conhecidas poderão ser extintas, principalmente devido à expansão das infra-estruturas e da agricultura, bem como em resultado das alterações climáticas (Figura 4). A produção de alimentos e biocombustíveis irá exigir um aumento de

² Nota: BRIC = Brasil, Rússia, Índia, China. RDM = Resto do Mundo.

10% na extensão das terras de cultivo em todo o mundo com uma consequente perda de habitats de vida selvagem. A contínua perda de biodiversidade irá limitar a capacidade do Planeta de disponibilizar os serviços essenciais do ecossistema que são fundamentais para o crescimento económico e o bem-estar da humanidade.

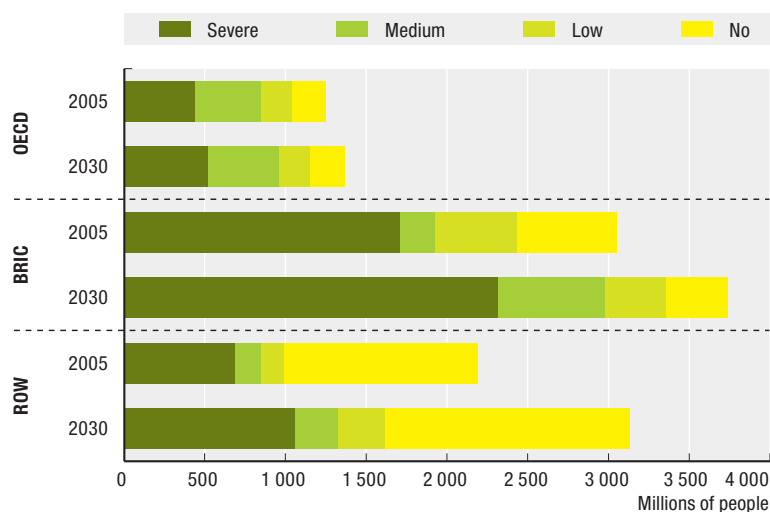
Figura 4. Causas das perdas nas existências de espécies em 2030



Fonte: Cenário Base das Perspectivas Ambientais da OCDE

Figura 5. Habitantes das áreas com stress hídrico, por nível de stress, 2005 e 2030

(milhões de pessoas)

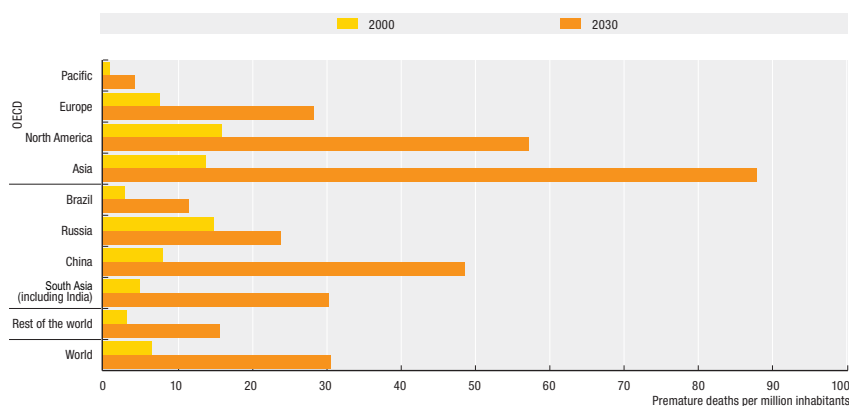


- A situação de escassez de água irá sendo agravada devido à gestão e utilização insustentáveis dos recursos bem como às consequências das alterações climáticas; estima-se que o número de pessoas a viver em áreas gravemente afectadas pelo stress hídrico irá aumentar, em mais mil milhões, para um total de mais de 3.9 mil milhões de pessoas (Figura 5).
- A nível mundial, os impactes na saúde provocados pela poluição atmosférica irão aumentar, prevendo-se um número de mortes prematuras associadas ao ozono

troposférico quatro vezes superior (Figura 6) e um número de mortes associadas a partículas duas vezes superior. O volume de produção de substâncias químicas nos países não-membros da OCDE está a aumentar rapidamente, e não existe informação suficiente para uma avaliação correcta dos riscos associados à presença de substâncias químicas no ambiente e nos produtos.

Os maiores impactes ambientais sentir-se-ão nos países em vias de desenvolvimento, que estão menos preparados para a sua gestão e adaptação. Mas os custos económicos e sociais, da inacção política ou do sucessivo adiamento dessa acção nestas áreas, são significativos e já estão a afectar as economias — inclusive em países da OCDE — directamente (*ex.*: através dos custos dos serviços de saúde pública) bem como indirectamente (*ex.*: através da perda de produtividade no trabalho). Os custos da inacção política, no que diz respeito à perda de biodiversidade (*ex.*: pesca) e alterações climáticas, podem ser consideráveis.

Figura 6. Mortes prematuras devido à exposição ao ozono urbano para 2000 e 2030



Fonte: Cenário Base das Perspectivas Ambientais da OCDE

Opções políticas chave

Actualmente existe uma oportunidade de introduzir mudanças políticas ambiciosas para enfrentar os principais problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. As estratégias de investimento que estão a ser desenvolvidas, actualmente, precisam de ser orientadas de forma a garantir um ambiente melhor, em particular as

que irão incorporar, e manter nas próximas décadas, as actuais formas de energia, as infra-estruturas de transporte e o parque habitacional. As acções necessárias são as seguintes:

- Utilizar de um conjunto de políticas complementares para abordar os maiores e mais complexos problemas ambientais, com forte ênfase em instrumentos de mercado, como taxas e comércio de licenças, de forma a reduzir os custos da acção.
- Dar prioridade à acção em sectores que conduzem à degradação ambiental: energia, transporte, agricultura e pesca. Os ministros do ambiente não podem fazer tudo sozinhos. As preocupações ambientais precisam de ser integradas em todos os processos de consolidação de políticas pelos ministérios relevantes incluindo as finanças, economia e comércio, e devem ser reflectidas em todas as decisões de produção e de consumo.
- Garantir que a globalização pode levar a uma utilização mais eficaz dos recursos e o desenvolvimento e difusão da eco-inovação. Empresas e indústrias devem ter um papel de liderança, mas os governos devem implementar medidas de longo prazo claras e consistentes, para incentivar a eco-inovação e salvaguardar os objectivos sociais e ambientais.
- Melhorar as parcerias entre os países membros e os não-membros da OCDE para enfrentar os desafios ambientais globais. Em particular, Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul (BRIICS) são os principais parceiros devido à sua crescente influência na economia mundial e à sua crescente responsabilidade nos problemas ambientais globais. Para além disso, a cooperação ambiental entre países membros e não-membros da OCDE pode ajudar a difundir o conhecimento e as melhores práticas tecnológicas.
- Reforçar a governação internacional na área do ambiente para melhor lidar com os desafios ambientais transfronteiriços e globais.
- Reforçar a dimensão ambiental nos programas de cooperação para o desenvolvimento, e promover políticas mais coerentes.

Como será o ambiente em 2030 se nada for feito ?

Os países da OCDE fizeram progressos significativos na resposta a muitos dos desafios ambientais das últimas décadas. A poluição de origem industrial foi reduzida, a cobertura florestal e o número e a dimensão das áreas protegidas aumentaram (apesar da qualidade das áreas protegidas nem sempre ser alta e de existirem ainda muito poucas áreas de protecção marinha), a maior parte das substâncias que afectam a camada de ozono foram retiradas do mercado e o uso dos recursos naturais, da água e da energia foram, de alguma forma, dissociados do contínuo crescimento económico (tornando-se mais eficiente por unidade de PIB). As políticas que conduziram a estes sucessos devem ser mantidas e reforçadas. No entanto, na maioria dos casos, as pressões crescentes sobre o ambiente exercidas pelo crescimento económico e pelas populações ultrapassaram os benefícios que se poderiam retirar desses ganhos de eficiência.

Sem políticas mais ambiciosas, as pressões crescentes no ambiente podem causar danos irreversíveis nas décadas mais próximas.

Os desafios ambientais subsistentes são de uma crescente complexidade, ou de uma natureza cada vez mais globalizante, e os seus impactes por vezes só se revelam a longo prazo. De entre os desafios mais urgentes, tanto para os países membros da OCDE como para os não-membros, estão os fenómenos das alterações climáticas, da perda da biodiversidade, da gestão não-sustentável dos recursos hídricos e dos impactes na saúde da poluição e das substâncias químicas perigosas. O nosso Ambiente não está a ser gerido de uma forma sustentável.

O cenário resultante das tendências de evolução da economia e da qualidade do ambiente nas próximas décadas vai diferir de região para região. Em 2030, espera-se que a economia mundial duplique o seu valor e que a população mundial cresça dos actuais 6,5 mil milhões de pessoas para cerca de 8,2 mil milhões. A maior parte deste crescimento - dos rendimentos e da população - deverá ocorrer nas economias emergentes do Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul (os BRIICS) e noutros países em desenvolvimento. Os rendimentos crescentes e a aspiração a níveis superiores de qualidade de vida aumentarão a pressão sobre os recursos naturais do Planeta. As projecções económicas para muitos dos países mais pobres estão ameaçadas pelo uso insustentável dos recursos naturais, pela incontável poluição nas cidades de rápido crescimento e pelos impactes das alterações climáticas. Os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis às alterações climáticas, uma vez que também lhes faltam as necessárias capacidades financeiras e institucionais para a adopção das medidas de adaptação a este fenómeno.

A importância global das economias emergentes, de mais rápido crescimento, é cada vez maior, sobretudo à medida que se tornam parceiros económicos e comerciais de relevo, ao mesmo tempo que concorrentes, consumidores de recursos e poluidores a um nível semelhante ao verificado nos maiores países da OCDE. O consumo conjunto de energia primária do Brasil, Rússia, Índia e China deverá crescer 72% entre 2005 e 2030, quando o do conjunto dos 30 países da OCDE deverá crescer apenas 29%. A não ser que sejam tomadas decisões e aplicadas medidas ambiciosas, as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) destes quatro países vão crescer 46% até 2030, ultrapassando as emissões da totalidade dos 30 países da OCDE. Actualmente, 63% da população conjunta do Brasil, Rússia, Índia e China já vive em condições de médio ou severo stress hídrico; esta percentagem aumentará para 80%, em 2030, se não forem introduzidas novas medidas para uma melhor gestão dos recursos hídricos.

A adopção de medidas é exequível, e o custo da inacção é elevado

Proteger o ambiente é compatível com o crescimento económico contínuo. Este Relatório estima que o PIB mundial vai crescer 99% entre 2005 e 2030, segundo a projecção do cenário de base (que não inclui novas iniciativas). Sem mudanças de políticas, as consequências ambientais deste crescimento serão significativas. Mas políticas ambientais adequadas podem conduzir a oportunidades “win win” para o ambiente, a saúde pública e a economia. Para o demonstrar, construiu-se um hipotético Pacote Global de Políticas das “Perspectivas Ambientais da OCDE (PA)”, com várias políticas e medidas específicas, de actuação simultânea, para possível solução dos desafios ambientais mais importantes. Este pacote político PA implicaria uma redução de pouco mais de 1% no PIB mundial em 2030, que assim cresceria em cerca de 97%, em vez dos 99% estimado no cenário base. Em média, isto significaria uma perda anual de 0,03 pontos percentuais no crescimento médio do PIB global até 2030.

Para solucionar alguns destes desafios ambientais fundamentais, o pacote das políticas necessárias poderia custar apenas 0,03 pontos percentuais do crescimento médio anual do PIB global até 2030.

Procurar resolver um problema ambiental específico pode, em algumas situações, também contribuir para reduzir outro tipo de pressões ambientais, tal como as soluções para problemas globais podem ajudar a resolução de problemas locais, e vice-versa. Por exemplo, as medidas para reduzir as emissões atmosféricas dos veículos vão diminuir as emissões de GEE e melhorar a qualidade do ar a nível local, assim como um melhor isolamento dos edifícios de habitação ou de escritórios vai reduzir as facturas energéticas, ao mesmo tempo que reduz a poluição provocada pela produção de energia. Ainda como exemplo, na política climática a simulação de um cenário para a estabilização nos 450 ppm CO₂eq. permite concluir que, além da redução das emissões de GEE, os ambiciosos objectivos das políticas das alterações climáticas levarão igualmente a reduções entre 20 e 30%, nas emissões de SO_x, e de 30 a 40%, nas de NO_x, em 2030. De igual modo, as normas para limitar a poluição de origem agrícola nos recursos hídricos, através dos fertilizantes de azoto, permite a redução nas emissões atmosféricas dos óxidos de azoto, um dos maiores GEE.

Os governos têm a responsabilidade de criar os incentivos mais apropriados para que os produtores e os consumidores possam fazer opções que contribuam para evitar futuros problemas ambientais. As opções de investimento de hoje vão determinar os resultados ambientais de amanhã. Por exemplo, o tipo de infraestruturas energéticas decididas hoje vão condicionar durante décadas as emissões de GEE. Os investimentos actuais em infraestruturas de transportes vão igualmente afectar as opções de mobilidade no futuro, e os seus impactes ambientais. A eficiência energética das edificações, nas próximas décadas ou mesmo séculos, é determinada pelos regulamentos de construção e edificação actualmente em vigor. As economias de rápido crescimento oferecem enormes oportunidades para investimentos em novas tecnologias, mais eficientes energeticamente. Por exemplo, a China está a construir novas centrais termoeléctricas a carvão a um ritmo acelerado, e o seu parque habitacional urbano deverá mais do que duplicar nos próximos 20 anos.

Os custos da inacção são elevados, mas as acções de protecção do ambiente são exequíveis e podem-se desenvolver em simultâneo com o crescimento económico.

Para a maior parte das medidas necessárias, os benefícios da sua implementação só serão efectivos a prazo; em compensação, muitas decisões imediatistas tomadas no presente podem conduzir a desafios ambientais de longo alcance. Tal circunstância faz com que o “timing” constitua um aspecto importante no desenho e implementação das políticas ambientais nas próximas décadas. Isto transforma o momento da elaboração e da execução das decisões da política ambiental para as próximas décadas, como o factor mais importante desse processo. Os custos de adiar as acções necessárias podem ser críticos, especialmente quando as decisões políticas têm implicações ambientais de longo prazo ou são mesmo irreversíveis, ou quando é impossível prever com precisão a verdadeira dimensão e a natureza dos danos. A perda de biodiversidade e a extinção de espécies são um bom exemplo. Em relação às alterações climáticas, a decisão do momento para actuar envolve uma comparação entre os custos económicos imediatos duma redução rápida das emissões, e os riscos climáticos futuros provocados pelo adiamento da decisão.

Uma nova janela de oportunidade para agir está agora aberta, aproveitando os novos investimentos a fazer nas próximas décadas sobretudo pelas economias de rápido crescimento, na construção e nas infraestruturas energéticas e dos transportes.

Uma janela de oportunidade para a acção está agora aberta, mas não por muito tempo. Precisamos hoje de políticas de grande alcance para evitarmos os altos custos da inacção ou do sucessivo adiamento da adopção das medidas necessárias.

Uma janela de oportunidade para a acção está agora aberta, mas não por muito tempo. Precisamos hoje de políticas de grande alcance para evitarmos os altos custos da inacção ou do sucessivo adiamento da adopção das medidas necessárias.

Que medidas deveriam ser adoptadas?

Assegurar o uso eficiente dos recursos e a eco-inovação

A liberalização do comércio e do investimento pode encorajar uma utilização mais eficiente de recursos a nível global, se forem implementadas estratégias institucionais e políticas que valorizem devidamente a dimensão ambiental. Sem a consideração desta dimensão, a globalização pode amplificar as falhas de mercado e das políticas e intensificar as pressões sobre o ambiente. Políticas eficazes são necessárias aos níveis local, nacional, regional e global.

A globalização proporciona a expansão dos mercados e a promoção da competitividade, motivando o mundo empresarial a adaptar-se e a inovar. Alguns líderes do sector privado já estão na dianteira com produtos e sistemas de produção mais “verdes”, encorajados pelas exigências dos diversos agentes envolvidos e dos consumidores. A eco-inovação e o uso mais alargado de técnicas eco-eficientes não só melhoram o desempenho ambiental, como também podem aumentar a produtividade económica, tornando o mundo empresarial e os países líderes mais competitivos. O sector dos bens e serviços ambientais deverá registar um desenvolvimento significativo no futuro. As empresas poderão colher os benefícios da globalização caso saibam aproveitar o movimento inicial na obtenção das vantagens da eco-inovação. Existem já diversas soluções tecnológicas para muitos dos problemas ambientais e novas soluções estão a ser desenvolvidas - como a captura e o armazenamento do carbono ou os veículos híbridos - as quais tornar-se-ão cada vez mais competitivas em termos de custos nas próximas décadas. Por exemplo, se a segunda geração das tecnologias de produção de bio combustíveis (baseada em desperdícios de biomassa) estiver disponível em larga escala em 2030, poderão ser evitados os efeitos potenciais das projecções para a expansão da área das terras agrícolas de suporte à sua produção, o aumento do respectivo uso de pesticidas, fertilizantes e água, e os impactes que este uso teria na biodiversidade e nos ecossistemas.

A globalização proporciona a oportunidade para promover o uso eficiente dos recursos e incentivar o desenvolvimento e a difusão da eco-inovação.

A globalização proporciona a expansão dos mercados e a promoção da competitividade, motivando o mundo empresarial a adaptar-se e a inovar. Alguns líderes do sector privado já estão na dianteira com produtos e sistemas de produção mais “verdes”, encorajados pelas exigências dos diversos agentes envolvidos e dos consumidores. A eco-inovação e o uso mais alargado de técnicas eco-eficientes não só melhoram o desempenho ambiental, como também podem aumentar a produtividade económica, tornando o mundo empresarial e os países líderes mais competitivos. O sector dos bens e serviços ambientais deverá registar um desenvolvimento significativo no futuro. As empresas poderão colher os benefícios da globalização caso saibam aproveitar o movimento inicial na obtenção das vantagens da eco-inovação. Existem já diversas soluções tecnológicas para muitos dos problemas ambientais e novas soluções estão a ser desenvolvidas - como a captura e o armazenamento do carbono ou os veículos híbridos - as quais tornar-se-ão cada vez mais competitivas em termos de custos nas próximas décadas. Por exemplo, se a segunda geração das tecnologias de produção de bio combustíveis (baseada em desperdícios de biomassa) estiver disponível em larga escala em 2030, poderão ser evitados os efeitos potenciais das projecções para a expansão da área das terras agrícolas de suporte à sua produção, o aumento do respectivo uso de pesticidas, fertilizantes e água, e os impactes que este uso teria na biodiversidade e nos ecossistemas.

O mundo empresarial tem um papel central na liderança da eco-inovação, mas os governos têm a importante responsabilidade de definir as estratégias políticas de acordo com as especificidades nacionais, como:

- Estratégias políticas de longo prazo que permitam que os custos ambientais sejam incorporados nos preços das actividades económicas (p.ex., através da fiscalidade “verde” e do comércio de licenças ou da regulamentação), de forma a tornar financeiramente competitivo o uso de tecnologias verdes e a habilitar a actividade empresarial com incentivos à inovação.
- Apoios governamentais bem direccionados para a I&D de base no domínio da eco-inovação, quando se justifique, incluindo o reforço das parcerias entre as entidades governamentais e as empresas.
- Políticas e estratégias institucionais reforçadas para a promoção dos objectivos ambientais e sociais em paralelo com os esforços de liberalização do comércio e do investimento, visando um equilíbrio em que a protecção do ambiente e a globalização se apoiem mutuamente.

A liberalização do comércio dos bens e serviços ambientais pode ajudar à realização deste objectivo. O número de acordos regionais de comércio ainda é baixo mas está a crescer rapidamente. Muitos já incluem actualmente compromissos para a cooperação ambiental. Instrumentos multilaterais como a “Recomendação da OCDE para o Ambiente e os Créditos à Exportação” e as “Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais” encorajam a responsabilidade ambiental e social das práticas empresariais.

Enquanto a globalização tem uma variedade de potenciais impactes – positivos e negativos – no ambiente, o estado do ambiente e dos recursos naturais também afecta o desenvolvimento económico e a globalização. A competição pelos recursos naturais escassos, a devastação de alguns recursos renováveis como os stocks de peixe e as madeiras tropicais, o impacte das alterações climáticas na produção agrícola, os preços da energia, a procura de fontes de energia alternativa, entre outros factores, podem influenciar dramaticamente os actuais padrões de comércio e de investimento nos próximos anos.

Reforçar a cooperação internacional na área do ambiente

A globalização económica, tal como a natureza global de muitos dos problemas ambientais, requer que os países membros e os não-membros da OCDE trabalhem em conjunto na resolução dos desafios ambientais globais mais prementes e na promoção do desenvolvimento sustentável.

- Os países em desenvolvimento têm a oportunidade de aprender com as experiências dos outros países e, tirando proveito dos novos conhecimentos e tecnologias disponíveis, catapultarem-se para padrões de actuação mais eficientes em energia e em recursos, permitindo um desenvolvimento mais “verde”. Os países membros e os não-membros têm de trabalhar em conjunto para uma melhor difusão do conhecimento e das melhores práticas e tecnologias disponíveis, retirando benefícios mútuos de padrões de produção e consumo globalmente mais sustentáveis.
- Alguns dos países mais pobres no Mundo estão a ser deixados para trás pela globalização, uma vez que não conseguem integrar-se na economia mundial por falta de capacidade de retirar benefícios desse fenómeno, mas também devido a barreiras ao comércio impostas pelos países

Os países membros e não-membros da OCDE devem trabalhar em conjunto para atingir os objectivos ambientais comuns.

da OCDE. Tornam-se, por isso, necessários mais esforços para integrar as preocupações ambientais nos programas de cooperação para o desenvolvimento.

- Os BRIICS, em particular, devem ser parte integrante das soluções internacionais para os desafios ambientais globais, dada a crescente importância do papel que desempenham na economia mundial e o rápido crescimento dos seus impactos ambientais. Acresce que uma maior cooperação ambiental entre os países da OCDE e os BRIICS tornará mais fácil atingir as metas ambientais globais com menores custos para todos.
- Em relação às alterações climáticas, quanto mais países participarem nas acções de mitigação e quanto mais sectores económicos e mais GEE forem abrangidos, mais barato será inflectir a tendência das emissões globais. Este Relatório indica que se forem apenas os países da OCDE a implementar uma taxa sobre o carbono, a partir dos US\$25/ton. de CO₂ em 2008, tal medida implicaria uma redução de 43% nas emissões de GEE da OCDE. Todavia, as emissões globais ainda se situariam, em 2050, 38% acima dos níveis de 2000. Se o Brasil, China, Índia e Rússia seguirem uma estratégia idêntica, mas apenas a partir de 2020, e o resto do mundo o fizer apenas em 2030, as emissões globais de GEE em 2050 poderiam ser reduzidas aos níveis de 2000 (0% de aumento).
- Uma governação ambiental internacional mais forte é necessária para assegurar a implementação dos acordos internacionais, sobretudo os criados para enfrentar os desafios ambientais transfronteiriços e globais.

Dar prioridade a acções nos sectores-chave que mais afectam o ambiente: energia, transportes, agricultura e pescas

Muitos dos problemas ambientais só podem ser resolvidos através de medidas coerentes a adoptar a nível interministerial e em cooperação com o mundo empresarial e a sociedade civil. Os ministérios mais relevantes devem trabalhar em conjunto no desenvolvimento de políticas melhor coordenadas, de forma a que as preocupações ambientais sejam integradas nas acções de cada um dos ministérios fundamentais como as finanças, comércio, indústria, energia, transportes, agricultura e saúde. Por exemplo, as medidas de adaptação às alterações climáticas, que já estão reféns das emissões do passado, necessitarão cada vez mais de uma maior integração com as políticas de gestão das infraestruturas de energia, transportes e recursos hídricos, do ordenamento do território e da cooperação para o desenvolvimento. Também o desenvolvimento dos bio combustíveis necessita que se tenha em consideração a avaliação dos impactos do seu ciclo de vida completo, nomeadamente no ambiente e nos preços da alimentação. As avaliações de impacto das políticas, para serem coerentes, devem cobrir todas as áreas políticas relevantes, incluindo a energia, agricultura e ambiente, e ainda a investigação e desenvolvimento tecnológico, de forma a evitar situações onde existam subsídios governamentais para a produção energética com consequências ambientais duvidosas e que conduzem a aumentos de preço dos produtos agrícolas. As autoridades governamentais necessitam cada vez mais de trabalhar em conjunto, incluindo aos diferentes níveis da administração (central, regiões, estados, local), para assegurar o sucesso do desenvolvimento e implementação de políticas ambientais coerentes.

Muitos dos desafios ambientais não podem ser resolvidos apenas pelos ministérios do ambiente.

As Perspectivas Ambientais da OCDE destacam as acções prioritárias necessárias, nos seguintes sectores-chave, de forma a evitar os prejuízos ambientais projectados para 2030:

- Energia.** O consumo de combustíveis fósseis é a maior fonte de emissões de dióxido de carbono, o principal GEE que provoca as alterações climáticas. Este Relatório projecta o crescimento, a nível mundial, das emissões de dióxido de carbono relacionadas com a energia para valores de 52% em 2030, segundo o cenário base (sem a implementação de novas políticas). Entretanto, as emissões de enxofre e azoto do sector energético a nível mundial devem manter-se estáveis ou ligeiramente abaixo dos níveis actuais. Neste momento, os investimentos em infraestruturas energéticas incorporam, de forma duradoura, as actuais tecnologias, necessidades de combustível e respectivas emissões, pelo que se torna necessário adoptar uma estratégia apropriada para a promoção de formas de energia renováveis, de combustíveis com baixo teor em carbono e de processos alternativos, incluindo as tecnologias de captura e armazenamento de carbono. É essencial que o preço da energia reflecta os custos integrais do carbono, mas é também necessária a existência de normas e medidas de apoio à I&D de novas tecnologias. Os governos devem evitar políticas que restrinjam as escolhas de tecnologias e de combustíveis, não estabelecendo sobretudo metas específicas para determinadas tecnologias (p.ex., para a produção dos bio combustíveis), de forma a deixar em aberto todas as opções tecnológicas, e a promover incentivos ao aprofundamento da inovação. São urgentemente necessárias políticas que promovam medidas financeiramente viáveis e energeticamente eficientes para os edifícios, os transportes e a produção de electricidade, particularmente nas economias de rápido crescimento, onde as infraestruturas estão a ser criadas e permanecerão em exploração por várias décadas.
- Transportes.** A poluição atmosférica e as emissões de GEE do sector dos transportes, nomeadamente dos veículos de passageiros, aviação e transportes marítimos, têm crescido rapidamente, contribuindo globalmente para as alterações climáticas e causando problemas de saúde pública em muitas áreas urbanas. As projecções deste Relatório prevêem um crescimento das emissões de dióxido de carbono, provenientes dos transportes, de 58% em 2030, enquanto que as emissões de enxofre e azoto devem diminuir para um quarto a um terço dos níveis actuais. Os preços dos transportes raramente reflectem na íntegra os custos sociais e ambientais, resultando na sua sobre utilização e em escolhas não optimizadas sobre o tipo de transporte. O preço dos transportes deve reflectir plenamente os custos dos danos ambientais que provoca e dos seus impactes na saúde, por exemplo através duma fiscalidade apropriada em matéria de combustíveis (incluindo a remoção de isenções fiscais) e do pagamento do uso das infraestruturas. Deve ser promovida a I&D de novas tecnologias de transportes, incluindo veículos com maior economia de energia, veículos híbridos, etc., especialmente para ajudar a neutralizar os efeitos do projectado crescimento muito rápido da motorização nos países não-membros da OCDE. A disponibilidade, frequência e segurança dos transportes públicos devem ser reforçadas de forma a constituir uma alternativa viável aos transportes privados. O que é preciso assegurar é a mobilidade e a acessibilidade e não o transporte em si mesmo.
- A Agricultura** é de longe o sector que mais água utiliza e o maior responsável pela poluição deste recurso. O cenário base deste Relatório projecta, para o ano de 2030, um crescimento mundial de 48% na produção alimentar primária e de 46% nos produtos animais. Os países da OCDE são responsáveis por uma importante parcela, particularmente nos produtos animais (37% em 2030, para alimentar apenas 17% da população mundial). Se não forem introduzidas novas políticas, a conversão de terrenos naturais para o uso agrícola continuará a ser uma das principais causas da perda de biodiversidade. Com as actuais políticas, a área destinada à produção de bio combustíveis deve crescer em 242% entre 2005 e 2030. As emissões de GEE relacionadas com o solo são menores do que as relacionadas com as fontes energéticas, mas mesmo assim têm a sua importância. As políticas de subsídios ligados à produção resultaram, nalguns casos, na contaminação dos recursos hídricos e dos solos e em danos nos ecossistemas e nas paisagens. Cada vez mais os pagamentos ligados à produção condicionam a adopção, por

parte dos agricultores, de certas práticas menos agressivas para o ambiente. Enquanto esta interação de políticas pode ajudar a reduzir alguns impactos ambientais negativos da produção agrícola, uma estratégia mais efectiva consistiria na supressão prévia de quaisquer subsídios com efeitos negativos no ambiente. As taxas sobre os produtos químicos utilizados na agricultura também ajudam a limitar o seu uso, enquanto a aplicação de preços reais à água para rega implicará um uso mais racional do recurso e permitirá um mais rápido retorno dos investimentos feitos nas infraestruturas de irrigação.

- **Nas Pescas**, as capturas exercem pressão nos ecossistemas e na biodiversidade através da exaustão dos stocks de peixes, da destruição dos seus habitats e da poluição. Estas pressões ambientais podem afectar a produtividade da pesca e a subsistência das comunidades piscatórias. As pescas dependem de um ambiente marinho saudável. As oportunidades de pesca são influenciadas pelas alterações climáticas, flutuações naturais das espécies e pelas pressões ambientais das outras actividades humanas. Enquanto se registam progressos nalguns pesqueiros com uma estratégia de gestão baseada no equilíbrio dos ecossistemas, as perspectivas preocupantes de captura, evidenciadas neste Relatório, podem ser invertidas com medidas adicionais que limitem ainda mais os níveis da apanha, definindo épocas e zonas de pesca, regulando os métodos da apanha e eliminando os subsídios à capacidade de pesca. Nesta área é necessária uma cooperação internacional mais intensa.

Quais são os obstáculos a ultrapassar?

Enquanto as reformas das políticas são possíveis de atingir e de cumprir, alguns obstáculos estão a impedir as necessárias mudanças, incluindo:

- *Os receios dos impactes na competitividade industrial.* Os potenciais impactes negativos das políticas ambientais na competitividade industrial são um obstáculo importante às acções políticas necessárias. As resistências desenvolvidas pelos sectores mais afectados põem muitas vezes em causa a exequibilidade política da introdução das necessárias medidas ambientais tais como normas, metas e tributação “verde” das emissões. Porém, as preocupações acerca desta potencial perda de competitividade são por vezes exageradas. É necessário dispor de melhor informação sobre os verdadeiros impactes nas empresas e sectores afectados, e compará-los com os mais amplos e duradouros benefícios das melhorias ambientais que ocorrerão, e bem assim, com os potenciais ganhos de eficiência do ponto de vista económico, em sentido lato. Apesar de tudo, alguns sectores podem ser afectados negativamente por medidas ambientais, especialmente quando tais medidas não forem implementadas de forma abrangente.
- *As incertezas sobre quem deve liderar a acção e sobre quem deve ser responsabilizado pelos custos dessa acção.* Tal verifica-se sobretudo para desafios ambientais globais tais como as alterações climáticas e a perda da biodiversidade, para os quais os custos e os benefícios das políticas não são distribuídos igualmente pelos diferentes países e gerações. Historicamente, a maior parte dos GEE foram emitidos pelos países desenvolvidos, mas os impactes mais importantes das alterações climáticas devem acontecer nos países em desenvolvimento. Numa perspectiva de futuro, calcula-se que as emissões de CO₂ dos países não-membros da OCDE devem duplicar até 2030, atingindo quase 73% do total do aumento das emissões nessa data. No entanto, se considerarmos indicadores de emissões “per capita”, os valores dos países da OCDE ainda serão três a quatro vezes superiores aos dos países não-membros da OCDE nesse mesmo ano. A repartição apropriada das responsabilidades comuns será um elemento-chave na arquitectura dos acordos climáticos após 2012.

- *Subvalorização dos preços dos recursos naturais e das poluições.* Tornar os preços reais é muitas vezes uma forma muito eficaz de manter os custos das políticas de ambiente a um nível mais baixo e de “esverdear” a economia. Mas, na prática, é muito difícil estimar de uma forma fiável todos os custos dos danos causados pelas actividades económicas nos domínios do ambiente, saúde e da produtividade. Se todos os custos estiverem reflectidos nos seus preços, as actividades poluidoras serão mais caras e existirá um claro incentivo de preços para aumentar a eficiência energética e dos recursos. No entanto, na maior parte dos países, o uso dos recursos naturais mais raros continua a ter preços subvalorizados, ou até a ser subsidiado, e o Princípio do Poluidor Pagador continua a ser raramente aplicado na íntegra. Continuam a existir subsídios insustentáveis e de efeitos perversos nos sectores da indústria, agricultura, transportes e energia na maior parte dos países da OCDE. Sendo dispendiosos para os governos e para os contribuintes, estes subsídios podem ter efeitos muito nocivos em termos ambientais e sociais.

Ultrapassar os principais obstáculos à mudança

O trabalho da OCDE mostra que um crescimento “limpo e inteligente” não é necessariamente caro. Por outro lado, as políticas apropriadas de protecção do ambiente podem conduzir, no longo prazo, a benefícios reais para a economia. Para concretizar estas vantagens devem ser consideradas as seguintes abordagens de desenvolvimento e implementação de políticas:

- *Fasear a política de forma a permitir opções* como medidas transitórias, reciclagem dos proveitos fiscais para os sectores afectados, ajustamentos de direitos alfandegários no respeito dos regulamentos da Organização Mundial do Comércio, e cooperação internacional na harmonização de regulamentos e tributação. Melhorar o conhecimento público da totalidade dos custos e benefícios das medidas propostas é igualmente importante. Medidas transitórias devem fazer parte dos pacotes de reforma para atenuar a transição e minorar quaisquer efeitos indesejáveis de mudanças estruturais em grupos específicos da sociedade, como o aumento da “factura” energética para as famílias de baixo rendimento.
- *Trabalhar em parceria com os interessados*, incluindo o mundo empresarial, o meio académico, os sindicatos e as organizações da sociedade civil, na procura de soluções criativas e de baixo custo para os desafios ambientais. O apoio e a aceitação públicos, particularmente dos consumidores e indústrias afectadas, são fundamentais para assegurar o sucesso da implementação de políticas ambiciosas.
- *Conseguir que os países membros e não-membros da OCDE trabalhem em conjunto na identificação de soluções, ambientalmente eficazes e economicamente eficientes, para os desafios ambientais comuns.* No que diz respeito às alterações climáticas, os países da OCDE precisam de assumir a liderança na mitigação das suas causas e na ajuda aos países em desenvolvimento na sua adaptação aos efeitos e na valorização das suas próprias capacidades de mitigação. Para acabar e reverter as tendências de perda da biodiversidade, a necessidade de acção deve ser centrada prioritariamente nos países em desenvolvimento, onde ainda existem as mais ricas reservas dessa biodiversidade, embora os benefícios da conservação dos recursos naturais sejam globais. Os custos de longo prazo, para a sociedade e para o ambiente, decorrentes da inércia ou do adiamento de acções ambiciosas, superam aqueles que resultam de uma intervenção atempada.
- *Difundir o uso de abordagens baseadas nas leis de mercado que permitam ganhos de eficiência e vantagens económicas através da inovação.* Os instrumentos de mercado – como os impostos e taxas, o comércio de licenças e a reforma ou a supressão dos subsídios com efeitos negativos para o ambiente – são um instrumento poderoso para assinalar aos empresários e às famílias,

através da política de preços, a necessidade da existência de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

- *Desenvolver políticas coordenadas, ou combinações de instrumentos, específicos para as circunstâncias nacionais*, que possam dar resposta aos urgentes problemas ambientais, ainda existentes. Torna-se necessária a utilização combinada de diversos instrumentos de política, tendo em atenção a complexidade e a natureza multi-sectorial dos problemas ambientais. Tal implica normalmente a combinação de um quadro regulamentar robusto com uma variedade de outros instrumentos, tais como mecanismos fortes em matéria de preços, comércio de emissões ou de licenças, incentivos baseados na informação como a etiquetagem, a disponibilização de infraestruturas e o estabelecimento de normas de construção. Numa combinação bem estruturada, os instrumentos podem potenciar-se uns aos outros. Por exemplo, um sistema de etiquetagem pode fortalecer a capacidade de resposta das empresas e dos agregados familiares a um imposto ambiental, enquanto a existência de impostos pode chamar a atenção para sistemas de etiquetagem.

O relatório da OCDE sobre as Perspectivas Ambientais demonstra que solucionar os desafios ambientais é, ao mesmo tempo, economicamente racional e tecnologicamente possível de executar. Numa perspectiva de longo prazo, os custos de agir atempadamente são de longe mais baixos do que os custos do seu adiamento; quanto mais cedo agirmos, mais fácil de implementar e mais barata de executar é a acção. Os decisores políticos, os empresários e os consumidores, todos têm o seu papel a desempenhar na implementação das reformas políticas ambiciosas, as quais produzirão as melhorias ambientais ao custo mais eficaz. Neste caminho comum, algumas opções são deixadas em aberto para as gerações futuras, para que elas próprias possam fazer as suas escolhas sobre como melhorar o seu bem estar futuro.

© OECD 2008

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

